



Congresso da Apub vai debater movimento docente e futuro da universidade *Pág. 2*



Desafios da expansão e interiorização das IFES em tempos de teto de gastos *Pág.8*

Jornal APUB



JORNAL DO SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



Apub e PROIFES têm participação intensa no Fórum Social Mundial 2018

Entrevista: Ana Georgina Dias (DIEESE)

“Toda a população brasileira irá ser penalizada com a muito provável redução, em quantidade e qualidade, dos serviços públicos”

Pág. 4

Vendem-se direitos

Reforma da Previdência e outras medidas do governo apontam para privatização de direitos

Pág.3

EDITORIAL

Revogar a EC 95 e defender o serviço público

Mesmo diante de limitações, há de se concordar que a oferta de serviços públicos é fundamental para garantir direitos básicos para a população. Não só isso, eles são também corresponsáveis pelo desenvolvimento social do país. Este exemplo cabe bem às Universidades Públicas, que com suas pesquisas científicas e a vasta produção teórica, contribuem para diversas áreas de atuação na sociedade. No entanto, a despeito da relevância social e de todo aparato constitucional que sustenta os serviços públicos, o governo Temer vem adotando medidas que afetam a quantidade e qualidade da oferta, e mais ainda, a médio prazo, desmontam o papel social do Estado brasileiro. Talvez a mais danosa destas seja a Emenda Constitucional 95, que limita investimentos por 20 anos. O pretexto utilizado é de que há desequilíbrio das contas públicas, que segundo eles, se dá em razão, principalmente das despesas obrigatórias definidas na Constituição Federal. Não coincidentemente, tais despesas são as que mais têm impacto sobre a vida da população, ao estarem vinculadas à Previdência Social e aos sistemas de saúde e de educação públicos. Por outro lado, pouco se fala sobre os juros da dívida pública que consomem boa parte do orçamento da União e sobre as políticas de desonerações e perdão de dívidas de grandes empresas. Ainda, o governo adota o discurso de que servidores públicos são privilegiados para ganhar aprovação social e promover a desvalorização do trabalho destes profissionais. É uma narrativa que tem grande adesão popular, embora pouco calcada na realidade da maioria do funcionalismo brasileiro. Diante disso, nos cabe propor as seguintes reflexões: onde estão os verdadeiros privilégios? A quem serve o discurso de desvalorização da coisa pública? E como desconstruí-lo e buscar aliados no conjunto da sociedade? A suspensão – ainda que temporária – da Reforma da Previdência mostrou que a mobilização popular é um caminho fundamental para retomarmos patamares mínimos de proteção social e criarmos as bases para a reconstrução de um projeto de desenvolvimento popular, progressista e duradouro. Em 2018, nossas lutas serão árduas: nos caberá defender a democracia e as eleições livres e pautar debates fundamentais para nossa organização nesse período: a revogação imediata da EC 95 e a defesa dos serviços públicos.



Apub realiza Congresso Docente em agosto

No mês em que o sindicato completa 50 anos de sua fundação, será realizado o primeiro Congresso Docente da Apub, com o tema geral “O movimento docente e o futuro da universidade pública”. Será um espaço consultivo no qual docentes poderão para discutir temas de interesse da categoria e linhas que orientem a atuação da entidade, além de apontar estratégias de resistência aos ataques que a Universidade e a educação públicas vêm sofrendo. Antes do Congresso propriamente dito, acontecem uma série de encontros preparatórios; o primeiro deles foi realizado durante o Fórum Social Mundial 2018 – a mesa “Democracia e Universidade” (leia mais na pág. 7). Em abril, está previsto um debate sobre “Financiamento e Mercantilização da Educação”; em maio sobre “Carreira, condições do trabalho docente e previdência”; “Direitos Humanos e descolonização do saber” em junho e “Organização e modelo sindical” em julho. Todas as informações relativas à programação, convidados/as e inscrições serão reunidas no site www.apub.org.br/congresso. Acompanhe!



**APUB
SINDICATO**

JORNAL DA
APUB SINDICATO DOS
PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR DA BAHIA

Rua Aristides Novis, 44,
CEP 40210-630
Federação - Salvador - Bahia

71 3235-7433
apub@apub.org.br
www.apub.org.br
www.facebook.com/
apub.sindicato/
twitter.com/apubsindicato

PRESIDENTA
Luciene da Cruz Fernandes

VICE-PRESIDENTE:
Ricardo Fernandes Carvalho

DIRETORA ADMINISTRATIVA:
Danielle Souto de Medeiros

DIRETORA FINANCEIRA:
Leopoldina Cachoeira Menezes

DIRETORA ACADÊMICA:
Raquel Nery Lima Bezerra

**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
E CULTURA:**
Hebe Alves da Silva

**DIRETOR SOCIAL E DE
APOSENTADOS**
Elvira Barbosa Quadros Cortes

Redação:
Anaíra Lôbo e
Carolina Guimarães
e Jordan Dafné
ascom@apub.org.br
WhatsApp: 71 9.9157-0037

Diagramação:
Carlos Vilmar

Impressão:
Gráfica GRASB
Tiragem:
3.500 exemplares
Fechamento da edição:
21/03/2018

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

71 3235-7433
apubsindicato
apub@apub.org.br/ouvidoria@apub.
www.apub.org.br
www.facebook.com/apub.sindicato
twitter.com/apubsindicato
www.youtube.com/ApubSindicato

Adicione o WhatsApp da Assessoria de Comunicação da Apub Sindicato e receba notícias e informações sobre a categoria.



71 9.9157-0037

RETROCESSOS

Vendem-se direitos

REFORMA DA PREVIDÊNCIA E OUTRAS MEDIDAS DO GOVERNO TEMER APONTAM PARA PRIVATIZAÇÃO DE DIREITOS HISTORICAMENTE CONQUISTADOS PELOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

A sociedade brasileira vem enfrentando uma série de medidas voltadas para alterações constitucionais que desresponsabiliza o Estado em relação à promoção dos pilares fundamentais para a sobrevivência, como saúde, educação, condições dignas de trabalho e aposentadoria, que objetivam explicitamente dar espaço à mercantilização total dos direitos. Dentre estas, a Reforma Trabalhista, que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, a Emenda Constitucional 95 e a proposta de Reforma da Previdência (PEC 287-A), que aumentaria o tempo de contribuição para homens e mulheres e dificultaria o recebimento da aposentadoria integral. A população brasileira, no entanto, não se calou diante deste cenário e respondeu com resistência. Apesar da aprovação das duas primeiras, a pressão popular impediu a votação da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados. O dia 19 de fevereiro foi marcado por uma Greve nacional, com mobilizações em todo o país. Regidos pelo lema “Se colocar pra votar, o Brasil vai parar”, trabalhadores e trabalhadoras mostraram sua força tomando as ruas na defesa do direito de se aposentar.

O resultado das mobilizações veio do mesmo dia: após uma reunião dos Conselhos da República e da Defesa Nacional, o governo admitiu que a reforma da previdência, que já enfrentava dificuldades para obter os 308 votos necessários para sua aprovação, não seria votada no Congresso. Embora as intervenções federais no Rio de Janeiro tenham sido apresentadas como a justificativa oficial, o cancelamento das votações foi sim uma conquista popular.

Para Luciene Fernandes, presidenta da Apub e vice-presidenta do PROIFES-Federação, a situação atual dos serviços de saúde e educação são exemplos da instituição da lógica de mercado nos direitos básicos. Ela lembra que as manifestações populares contra a Reforma surgiram desde a apresentação inicial da proposta. “As mobilizações que incluem atos de rua, pressão sobre os deputados e senadores para representar aqueles que os elegeram e não quem os financiou, desde o início do processo foram desarticulando pouco a pouco o texto da Reforma, fazendo com que ela fosse modificada, postergada e por fim tirada de pauta”, analisou.

HISTÓRICO DA RESISTÊNCIA

A insatisfação popular começou em 2016 quando o governo lançou a proposta da Reforma sob o argumento de que os brasileiros estavam vivendo mais e que por isso deveriam contribuir por mais tempo. De acordo com o texto, para receber 60% do teto previdenciário (R\$ 5.531,31) seria necessário 15 anos de contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e 65 anos de idade mínima, para homens e mulheres. Além de ignorar as diferenças de gênero presente na realidade nacional - relacionadas tanto ao ambiente de trabalho quanto à divisão sexual do trabalho doméstico - a Reforma não garantia aposentadoria para quem não cumprisse um dos dois requisitos. Vale lembrar que o projeto inicial previa recebimento da aposentadoria integral com 49 anos de contribuição. A aposentadoria rural também sofreria reduções significativas e incentivaria a migração para as grandes capitais, promovendo assim um crescimento de problemas urbanos.

Naquela ocasião, para os servidores públicos, a PEC previa ainda tempo mínimo de contribuição de 25 anos, 10 anos a mais do que o previsto para o sistema privado. Com exceção desse fator, todas as outras regras referentes aos servidores privados também seriam válidas para os funcionários públicos. “É importante salientar que a previdência é um dos tripés da seguridade social e que esta não está deficitária, pois além da contribuição dos trabalhadores/empregadores, também tem receita da contribuição social sobre o lucro líquido, Cofins, etc. Os pontos aos quais mais devemos estar atentos é o aumento da idade mínima para aposentadoria e a forma de cálculo do benefício, este diferente para o servidor dependendo do ano de ingresso”, destaca Luciene.

Ainda que a Reforma da Previdência não tenha sido votada, a qualidade dos serviços públicos se mostra ameaçada por outras medidas como a PLS 116/2017, que prevê a possibilidade de demissão de servidores por insuficiência de desempenho e o plano de demissão voluntária. As revoltas contra essas medidas apontam, portanto, contra o processo de precarização de serviços e políticas públicas determinantes na promoção da dignidade e da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs, pois quando a valorização e os investimentos no serviço público caem, a sociedade perece.



Professora Luciene Fernandes - presidenta da Apub Sindicato e vice-presidenta do PROIFES- Federação

“Independentemente de governo, o serviço público precisa de um regime estável para atender as necessidades da sociedade. É por isso que precisamos desmitificar essa ideia de servidor privilegiado, focar na importância do trabalho deles e reconhecer seus direitos. Os servidores que entraram depois de 2013, por exemplo, já possuem teto de benefício como no regime geral”, explica Luciene.

Os grandes empresários do setor privado são quem acabam se beneficiando neste cenário, já que com a desestruturação do sistema público, entram em cena as escolas particulares, os bancos, planos de saúde e etc., que acabam sendo a opção, para os que podem pagar, ou sonho de consumo para outros. “Apesar dessa vitória, a luta contra a mercantilização ainda não está ganha e a mobilização deve ser constante, afinal de contas, o processo eleitoral ainda é uma incerteza e precisamos nos atentar para o crescimento do conservadorismo no Congresso Nacional. Além disso, temos uma batalha travada contra a EC 95, nosso maior inimigo no processo de reversão dos direitos que estão sendo perdidos”, finalizou a presidenta.

ENTREVISTA: ANA GEORGINA DIAS
Supervisora Técnica do DIEESE na Bahia

“As despesas financeiras - pagamento de juros e amortização da dívida pública - que consomem aproximadamente 45% do orçamento geral da União, foram deixadas de fora do novo regime.”



“As diversas ações do governo em exercício têm contribuído de maneira contundente e rápida na retirada de direitos sociais e no desmonte do papel social do Estado brasileiro.”

O Estado brasileiro gasta demais? É preciso “enxugar” a máquina pública e extinguir privilégios? Em busca de ponderações para essas e outras perguntas que hoje demandam respostas para além do senso comum, a Apub Sindicato entrevistou a Supervisora Técnica do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) na Bahia, Ana Georgina Dias. Ela apresentou um quadro esclarecedor da relação entre o crescimento das receitas e despesas no Brasil nos últimos anos. Apontou ainda as principais consequências da Emenda Constitucional 95 e a necessidade de um posicionamento em defesa dos serviços públicos: “A sociedade também precisa estar ciente de que um Estado forte é essencial para que possamos construir um país menos desigual. Que a coisa pública significa aquilo que é de todos e não apenas daqueles que não têm como pagar pelos serviços privados”.

APUB: A partir de 2014, houve uma mudança na conjuntura econômica e a crise, cujos efeitos sentimos até hoje, reacendeu o debate sobre os “gastos excessivos” do Estado. Como você avalia essa narrativa de que o Estado brasileiro seria perdulário?

Ana Georgina: A linha básica de argumentação do governo fundamenta-se na avaliação de que houve crescimento descontrolado da despesa primária, em ritmo maior do que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o que tornaria sua trajetória de expansão insustentável no longo prazo. De fato, nos últimos 18 anos, até 2015, a despesa primária teve incrementos superiores aos dos preços medidos pelo IPCA-IBGE e ao PIB. No entanto, essa expansão das despesas não esteve, nesse prazo longo, descolada dos aumentos das receitas primárias do governo. A relação entre o comportamento das despesas frente ao comportamento das receitas, verificou-se bastante compatível no período de 1998-2008 e 2010-2011. Em 2009, a variação da receita fica bem abaixo da variação da despesa devido aos reflexos da crise internacional de 2008 nas contas públicas nacionais e das medidas anticíclicas adotadas pelo governo federal. Após uma forte retomada do crescimento das receitas em 2010, verifica-se, a partir de 2012, o início de um período de quatro

anos de comportamento mais débil das receitas, registrando um descompasso entre esses indicadores. Parece que está aí, nesse último período, a raiz do desequilíbrio fiscal recente. **A observação desses dados parece ir contra a ideia de que tem havido um descontrole das despesas, mas sim de que o problema fiscal está associado à estagnação econômica de 2014, seguida pela crise, e ao ajuste recessivo adotado em 2015.** As despesas primárias, como se disse, tiveram um comportamento compatível com o aumento das receitas até 2012. Essas últimas aumentaram por efeito do ciclo de crescimento e da maior formalização da economia, como se evidencia pela estabilidade da carga tributária com o percentual do PIB na casa dos 33%. Foi em 2014 e em 2015, sob efeito da crise internacional e da perda de dinamismo interno, aliado ao ajuste recessivo adotado a partir de 2015, que as receitas se deprimiram comprometendo o equilíbrio fiscal.

APUB: Nesse contexto de que o Estado gastaria demais, o funcionalismo público vem sendo apontado como uma das causas de desequilíbrio fiscal, e uma série de medidas vem sendo tomadas, supostamente, para extinguir “privilégios”, como a MP 805, PDV e a própria Reforma da Previdência. Você poderia apontar as principais motivações e objetivos dessas medidas?

“A cada 100 trabalhadores brasileiros, 12 são servidores públicos. Já nos países mais desenvolvidos, o percentual costuma ser quase o dobro – nesses locais, a média é de 21 funcionários a cada 100 empregados. Em nações como Dinamarca e Noruega, mais de um terço da população economicamente ativa está empregada no serviço público.”

Ana Georgina: As diversas ações do governo em exercício têm contribuído de maneira contunente e rápida na retirada de direitos sociais e no desmonte do papel social do Estado brasileiro. Algumas destas ações têm efeito mais direto sobre o Estado e sua capacidade de executar as políticas públicas demandadas pela sociedade, como é o caso da Emenda Constitucional 95 (EC 95), conhecida também como a Emenda do Teto, porque limita a um teto máximo o conjunto de despesas primárias dos poderes da esfera federal. **O diagnóstico de aumento descontrolado das despesas foi utilizado como justificativa para promover uma verdadeira transformação na política macroeconômica e na Constituição Federal, o que abriu caminho para que muitas outras medidas restritivas fossem adotadas, como por exemplo, o programa de demissão voluntária no setor público federal, possibilidade de redução de jornada com remuneração proporcional e postergação de parcelas de reajuste das remunerações dos servidores federais, negociado em 2015.** A promulgação da Emenda Constitucional 95 também induziu muitas outras medidas como a Reforma da Previdência (PEC 287-A/2016) e um projeto de lei que prevê a possibilidade de demissão de servidores por insuficiência de desempenho (PLS 116/2017). À medida que a EC 95 propõe teto para as despesas primárias do Executivo Federal, os cortes das despesas que apresentam crescimento vegetativo tornam-se prioritários para o governo – especialmente daquelas com pessoal e com a previdência. Nesse sentido tem-se para os servidores federais os impactos mais diretos. Nas esferas estaduais e municipais, apesar de não estarem submetidas ao teto definido pela inflação do ano anterior, tem-se assistido a propostas de congelamento dos orçamentos nas Leis Orçamentárias Anuais utilizando-se o mesmo mecanismo – mesmo que sem a imposição do período de 20 anos de vigência. De forma análoga, como ocorre com a Previdência Complementar, há forte tendência de as medidas adotadas para os servidores da União servirem de parâmetro para medidas adotadas pelos governos de estados e municípios.

APUB: Na sua avaliação, quais as principais consequências da Emenda Constitucional 95 para os servidores e para o serviço público em geral?

Ana Georgina: A Emenda Constitucional 95 estabelece o “Novo Regime Fiscal” e foi o pontapé inicial de outras ações que provocarão efeitos em toda a organização do Estado. Buscando sustentar

o argumento de desequilíbrio das contas públicas em um cenário de fraco desempenho do PIB, queda da arrecadação e elevação da dívida pública, o governo passou a afirmar que o problema da despesa pública é estrutural, em razão, principalmente, das despesas obrigatórias definidas na Constituição Federal (CF) e que, portanto, para controlá-las, seria necessário reformar a CF/88. O Novo Regime Fiscal aprovado pretende promover um ajuste nas contas públicas com foco apenas nas despesas primárias, principalmente as vinculadas às receitas. Despesas, estas, que de alguma forma têm impacto sobre a vida da população como, por exemplo, as relacionadas à Previdência Social e aos sistemas de saúde e de educação públicos, que acabam servindo de margem para a política fiscal. As despesas financeiras - pagamento de juros e amortização da dívida pública - que consomem aproximadamente 45% do orçamento geral da União, foram deixadas de fora do novo regime. O Novo Regime Fiscal, portanto, se traduz em uma verdadeira Reforma do Estado a pretexto de ajuste das contas públicas, pois prevê congelamento real por 20 anos dos “investimentos sociais”, isto é, das despesas com políticas públicas (educação, saúde, previdência, assistência, segurança, etc.), para garantir as despesas financeiras (sem limitação definida). E provocará mudança profunda no perfil do Estado. Além de transferir a execução da política fiscal para a Constituição Federal, tirando a autonomia dos próximos governos com relação a esta questão. **A EC 95 deverá ter impacto direto no poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores já que, atualmente, no caso dos servidores públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que os critérios de aumento dos gastos com pessoal se deem com base na Receita Corrente Líquida (RCL).** Já no caso dos trabalhadores da iniciativa privada, além do impacto com a possível alteração na metodologia do reajuste do salário mínimo, os trabalhadores para quem ele é referência, podem vir a ter seus ganhos reais comprometidos. O que, de fato, já vem acontecendo desde 2017, uma vez que nos 2 últimos anos o reajuste do salário mínimo não foi suficiente para repor as perdas inflacionárias na sua totalidade. Toda a população brasileira irá ser penalizada com a muito provável redução, em quantidade e qualidade, dos serviços públicos. Segundo o que foi aprovado na EC 95, fica notória a possibilidade de redução, por exemplo, da destinação de recursos públicos para as áreas de educação e saúde. Nestes casos, é de se esperar que

os recursos mínimos garantidos na CF acabem se efetivando como um limite máximo, já que ficará a critério do Congresso Nacional definir valores superiores para essas áreas, respeitando o limite total de gastos. Ou seja, poderá provocar ainda o comprometimento da execução de outras políticas públicas, cuja finalidade principal é atender às demandas da sociedade.

APUB: Apesar dos vários focos de resistência de entidades e sindicatos de servidores, essas categorias têm dificuldade em encontrar apoio na população em geral suas causas, pois, de fato, são vistas como privilegiadas. Que possíveis saídas você apontaria para esse problema?

Ana Georgina: Ao longo do tempo tem prevalecido o senso comum de que trabalhadores do setor público ganham muito, têm estabilidade e são pouco produtivos. E que, em última instância, os servidores públicos são os grandes responsáveis pelo desequilíbrio fiscal, devido ao seu peso nas contas públicas. A primeira saída seria desmistificar o peso dos gastos com pessoal no Orçamento. Embora seja um gasto importante, não é nem de longe o maior responsável pelo desequilíbrio fiscal. A cada 100 trabalhadores brasileiros, 12 são servidores públicos. A média é a mesma verificada nos demais países da América Latina, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já nos países mais desenvolvidos, o percentual costuma ser quase o dobro – nesses locais, a média é de 21 funcionários a cada 100 empregados. Em nações como Dinamarca e Noruega, mais de um terço da população economicamente ativa está empregada no serviço público. A sociedade também precisa estar ciente de que um Estado forte é essencial para que possamos construir um país menos desigual. Que a coisa pública significa aquilo que é de todos e não apenas daqueles que não têm como pagar pelos serviços privados. Que muitas das empresas e entidades de melhor resultado e desempenho, são públicas. E que os serviços públicos, na sua grande maioria, são bons. As Universidades Públicas sempre tão disputadas e almeçadas pela sociedade, são um bom exemplo. **Por fim, mostrar aos servidores públicos que o desmonte do Estado em curso atualmente não os prejudica apenas enquanto categoria profissional, mas principalmente prejudica a sociedade, uma vez que a desvalorização dos servidores públicos significa a precarização em quantidade e qualidade dos serviços públicos de modo geral.**

Apub e PROIFES têm participação intensa no Fórum Social Mundial 2018

Demarcando a defesa da educação e universidades públicas, a Apub Sindicato, o PROIFES-Federação e os demais sindicatos federados promoveram conjuntamente diversas atividades durante o evento. A diversidade de temáticas das mesas de debate demonstrou como a questão da educação articula diversas frentes de luta: o combate às opressões, os direitos humanos, a autonomia universitária e da docência, projeto nacional e Democracia. As entidades também participaram de outras atividades da programação do Fórum Social Mundial, como o ato em homenagem a Marielle Franco e a Assembleia Mundial das Mulheres.



DIA 13

Cerimônia e Marcha marcam o início do Fórum Social Mundial em Salvador

Após cerimônia na Reitoria, representantes de instituições, docentes, estudantes, entre outros participaram da Marcha de abertura. O Campo Grande foi tomado por milhares de pessoas, que foram até a Praça Castro Alves, consagrando a início do evento mundial.



Debate sobre mulheres negras e universidade abre atividades da Apub

A mesa redonda "Universidade e Mulheres Negras em espaços de poder" foi coordenada pela professora Auristela Félix (Contábeis/UFBA) e trouxe como convidadas a reitora da Universidade Federal do Sul da Bahia Joana Guimarães, a presidenta da Apub e vice-presidenta do PROIFES Luciene Fernandes, as professoras Inacilma Rita (UFBA) e Célia Sacramento (UFBA/UEFS) e a estudante Caroline Anice (DCE/UFBA).



DIA 14

Reflexões sobre impactos da Reforma do Ensino Médio

A roda de conversa "Reflexões sobre a Reforma do Ensino Médio", aconteceu na sede da Apub Sindicato, promovido pelo SINDIEDUTEC e Proifes-Federação. A professora Elizabete dos Santos e o professor Thiago Divardim, ambos do IFPR e membros do GT-Educação do Proifes, foram os expositores.



A defesa das políticas de formação docente foi tema de debate

A mesa "Os desafios nas atuais políticas de formação de professores" aconteceu também no auditório da Apub. Docentes, membros do Conselho Nacional de Educação e representantes de diversos projetos e entidades relacionadas à formação de docentes estiveram presentes.



DIA 15**Os desafios e enfrentamentos da população negra e LGBTTTQ na Universidade**

A mesa "A inclusão das populações negras e LGBTTTQ nas Universidades e Institutos Federais: um desafio docente", organizada pelo GT Direitos Humanos do PROIFES-Federação contou com a professora, travesti e preta como se define, Megg Rayara da Universidade Federal do Paraná, as professoras trans Leilane Assunção (UFRN) e Jessie Sobieski (UFRGS) além de Joseli Maria Silva (UEPG), que pesquisa sobre a morte de mulheres trans e travestis no Paraná. O professor Nildo Ribeiro (ICS/UFBA) coordenou a mesa.

Entidades debatem a educação em tempos de retrocesso e privatização

A mesa "A educação no mundo globalizado em tempos de retrocesso" contou com representantes da Internacional da Educação e IE da América Latina, Sindicato Nacional de Professores do Quênia, Sindicato de Professores do Uruguai, Confederação de Trabalhadores da Educação da Argentina, PROIFES-Federação e da CNTE.

#Marielle: presente!

O Fórum Social Mundial se uniu em protesto pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes. Participantes do evento, representantes de entidades e movimentos sociais saíram em marcha pelo campus de Ondina da UFBA, denunciando os crimes contra os defensores de direitos humanos no Brasil e o extermínio da população negra e periférica. Docentes estiveram presentes.

**DIA 16****Lançamento do Congresso do Povo e apresentação do Projeto Brasil Popular**

A atividade na Faculdade de Direito contou com a mediação da presidenta da Apub; na ocasião, ocorreu o lançamento do Congresso do Povo, cujos objetivos foram abordados por Milton Rezende da CUT e Nágila Maria da UNE, e a apresentação do Projeto Brasil Popular, por Márcio Pochmman da Fundação Perseu Abramo, Juliane Furno do Levante Popular da Juventude e José Antônio Moroni do INESC - Brasília.

Pelourinho recebe Assembleia Mundial das Mulheres do FSM

O Terreiro de Jesus no Pelourinho foi palco da Assembleia Mundial das Mulheres do Fórum Social Mundial. Na ocasião, foi lida a carta com resoluções, fruto do evento, para a luta internacional das mulheres. Apub e PROIFES marcaram presença.

PROIFES debate ciência, tecnologia e soberania nacional

Para o debate Ciência, Tecnologia e Soberania, o PROIFES convidou o senador Roberto Requião (PMDB-PR), o deputado federal Celso Pansera (PT-RJ) e a presidente do Atens-Sindicato Maria do Rosário Alves de Oliveira. A destruição do sistema de pesquisa brasileiro, pela constrição financeira, e seus reflexos na produção de conhecimento e soberania nacional foram a tônica das falas, que questionaram também a subserviência do poder Executivo ao capital financeiro nacional e internacional.

**DIA 17****Debate Universidade e Democracia encerra participação da Apub no Fórum Social Mundial**

A mesa "Universidade e Democracia: o momento atual", promovida pela Apub trouxe Luís Felipe Miguel da Universidade de Brasília, professor que propôs a disciplina sobre o golpe de 2016; além dele, o reitor da UFBA João Carlos Salles, o reitor da UFRB, Silvio Soglia representando a Andifes e a professora Maria Hilda Baqueiro, diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. A atividade que encerrou a participação do Sindicato e do PROIFES-Federação no Fórum Social sintetizou o objetivo de ambas entidades durante todo evento: a defesa irrestrita e unitária da Universidade pública e autônoma, o que só é possível a partir da luta pela consolidação da Democracia no nosso país.



Democratizar e expandir. Ainda é possível?

Docentes falam sobre desafios da expansão e interiorização das IFES em tempos de teto de gastos

Mesmo antes da Emenda Constitucional 95 lançar uma sombra nas perspectivas de financiamento da educação pública, as Universidades e Institutos Federais já vinham sofrendo contingenciamentos e cortes orçamentários. De acordo com dados do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Ministério do Planejamento - SIOP, entre 2015 e 2017, houve redução de cerca de 34% orçamento para a educação superior no país. Para esse ano, levando em consideração dos valores na PLOA, a redução em relação ao ano passado é de 32%. Se os cortes já atingem fortemente as instituições antigas e consolidadas, eles têm um impacto ainda mais perigoso nas novas universidades ou campi avançados cujas demandas por investimentos são mais prementes: “A brutal redução de recursos de custeio que vivenciamos restringe gastos essenciais, sem os quais não poderíamos realizar nem mesmo a atividade de ensino. Que pensar dos serviços de apoio, programas internos e atividades que dinamizam a vida universitária?”, questiona a professora Leila Cruz, do departamento de Biologia do Instituto Multidisciplinar em Saúde da UFBA, situado no campus Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista, cidade a cerca de 520km de Salvador.

Para Leila, a interiorização das IFES representou uma guinada determinante rumo à ampla democratização do acesso ao ensino superior e permitiu a interlocução da universidade com outros segmentos da população, ampliando as possibilidades de atendimento das demandas específicas de pessoas que não estão próximas dos grandes centros urbanos. Tudo isso, aliado à política de cotas, foi fundamental para uma maior inclusão social: “Esta mudança permitiu o acesso de grupos historicamente alienados do ensino superior. Para quem vive a universidade há mais de 30 anos, a mudança no público é evidente.”, afirma. Ela pondera, entretanto, que os campi avançados não podem ser sinônimo de infraestrutura precarizada ou corpo docente menos qualificado: “Acredito que as

universidades ainda estão se ajustando administrativamente para manter a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, mas existem conflitos porque por vezes a disputa da alocação de recursos e vagas é desigual”.

Políticas de democratização, expansão e interiorização eram os objetivos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado a partir do Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007. Os recursos alocados pelo Programa permitiram que a rede federal de educação superior passasse de 45 universidades, em 2003, para 63 em 2014. Também houve ampliação no número de campi, passando, no mesmo período, de 148 a 321. Na Bahia, além do campus avançado da UFBA, foram criadas a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), além do campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em São Francisco do Conde. O trabalho, porém, foi interrompido. De acordo com as professoras da UFRB, Cláudia Feio Lima (Enfermagem) e Carolina Magalhães (Nutrição), a Universidade enfrenta atualmente dificuldades como diminuição de recursos para editais internos, ajuda de custo incipiente a docentes para participação de eventos científicos; ausência de compra de materiais relativos à pesquisa, extensão e ao ensino; estrutura física deficiente e funcionamento administrativo com muitas limitações, além de problemas nos processos de progressão docente: “[estão] imbuídas de critérios de exigências cada vez maiores e com um demasiado número de processos indeferidos”, diz Cláudia.

A Emenda 95 e a asfixia que ela projeta para o setor público como um todo é uma preocupação constante das docentes. “Minha percepção é que a EC 95 é mais uma engrenagem das forças que empurram a

universidade pública para a privatização. A ideia é precarizar tanto até que a universidade pública não mais seja vista como investimento e patrimônio cultural da população. Acredito que as consequências a médio prazo serão a interrupção dos esforços de ampliação da universidade, redução dos serviços ofertados e redução ainda mais do financiamento de pesquisa e extensão. A profissão do magistério superior será atingida com a piora das condições de trabalho.”, avalia Leila. Para Carolina “a aprovação da Emenda 95 significou um caos declarado para muitos cenários, incluindo as universidades públicas brasileiras e, sobretudo, as recém-fundadas, devido à ampla necessidade de estruturação que dependem de investimento financeiro, mas também de pessoal para planejá-los e executá-los com qualidade e eficiência”. O receio é que as novas universidades, impedidas de darem continuidade aos seus trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, tornem-se “elefantes brancos”, ou seja, espaços vazios de resultados.

As professoras são enfáticas ao recomendar o debate, articulação e mobilização coletiva para garantir o funcionamento das universidades. “Na medida em que se luta coletivamente para exigir do governo ampliação dos recursos públicos para a educação, é preciso pensar em ações que viabilizem a autonomia financeira das universidades, a partir de projetos, gerando receita; atividades voltadas à própria comunidade com a participação dela; conscientização e atitude proativa para a compreensão de que a universidade pública brasileira é para todos”, afirma Cláudia. “É necessário evidenciar de forma inequívoca para a população o valor e importância social e estratégica da produção de conhecimento que se dá na dinâmica universitária. Este desafio, embora intangível, talvez seja o mais importante para a consolidação no longo prazo”, diz Leila.



“Que pensar dos serviços de apoio, programas internos e atividades que dinamizam a vida universitária? Como financiá-los?”

Leila Cruz (IMS/UFBA campus Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista)



“[As progressões estão] imbuídas de critérios de exigências cada vez maiores e com um demasiado número de processos indeferidos.” Cláudia Feio Lima (Enfermagem - UFRB)



“A aprovação da Emenda 95 significou um caos declarado para muitos cenários, incluindo as universidades públicas brasileiras.” Carolina Magalhães (Nutrição - UFRB)